

Artigos Originais

EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES E PRÁTICAS

Original Articles

CHILD EDUCATION: REFLEXIONS AND PRACTICES

Nanci Soares*

<http://lattes.cnpq.br/1361497667538451>

Adriana Giaqueto**

<http://lattes.cnpq.br/4041167773252557>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil -
eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)



Resumo: Com o presente estudo pretendemos refletir e analisar sobre a questão da educação infantil, no que se refere a cuidar e educar, sem escolarizar, a partir da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ou seja, como viabilizar um projeto pedagógico coletivo pautado nesta perspectiva.

Palavras-chave: educação infantil; criança, cuidar, educar.

ABSTRACT: In this study we intend to analyze and reflect on the issue of early childhood education, with regard to care for and educate without schooling, from the validity of the Statute of Children and Adolescents, as a viable pedagogical collective guided by this perspective.

Keywords: Child education. child. to take care. to educate.

Este artigo é fruto de uma pesquisa que teve como um dos objetivos entender e dar a conhecer se o trabalhador de creche é cuidador ou educador;

□ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP – Campus de Franca. E-mail: nancisoares@netsite.com.br .

* * Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP – Campus de Franca. E-mail: marianadri@terra.com.br

neste trabalho pretendemos refletir e analisar sobre a questão da educação infantil, no que se refere a cuidar e educar, sem escolarizar, a partir da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, como viabilizar um projeto pedagógico coletivo pautado nesta perspectiva.

As primeiras creches surgiram a partir do séc. XVIII, na França em 1770, e em outros países europeus. No Brasil as primeiras organizações desse tipo foram criadas no início do século XX. Para Mello (1988) destinadas inicialmente a abrigar crianças pobres e abandonadas, as creches surgiram na França em 1770. Nesta época, o termo *cuidado* era usado como *guarda* devido à função assistencialista das creches, que eram vistas como instituições guardiãs. No ECA o termo *guarda* passa a ser substituído por proteção, cuidado, que apenas recentemente passou a ser empregado com maior frequência.

Antes de nos referirmos ao termo *cuidado* citado no ECA, achamos interessante falar um pouco sobre o caráter assistencial da creche. O caráter assistencial das creches está ligado à política da assistência social, vigente na época, que se apresentava como a benevolência da sociedade destinada às classes mais espoliadas, que não usufruíam nem mesmo das políticas sociais.

A política assistencial toma novos rumos com a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/93), a assistência social passa a se constituir um direito do cidadão e dever do Estado, tendo como objetivo a proteção social, a todos os cidadãos que necessitarem, a partir do princípio da universalidade dos direitos sociais.

A LOAS, em seu artigo 1º, define:

Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, sendo executada através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

No dispositivo citado, explicita-se a assistência social como um direito do cidadão, um direito que precisa ser construído coletivamente, não só no atendimento às necessidades básicas, mas ao acesso e aquisição da

multiplicidade de bens culturais, sociais, educacionais, materiais imprescindíveis à existência do homem.

Desde seu início a creche estava vinculada administrativamente aos órgãos governamentais de assistência, é comum ver os assistentes sociais como coordenadores desta instituição, pois os mesmos trabalham com as mais diversas faces da questão social, além de esclarecerem à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos.

Segundo Kuhlmann Jr. (2001) a expansão das creches, em 1970, trouxe à tona seu caráter assistencialista:

Quando, na década de 1970, as creches e pré-escolas iniciaram seu processo mais recente de expansão, a crítica à educação compensatória trouxe à tona o seu caráter assistencialista, discriminatório. As concepções educacionais vigentes nessas instituições se mostravam explicitamente preconceituosas, o que acabou por cristalizar a idéia de que, em sua origem, no passado, aquelas instituições teriam sido pensadas como lugar de guarda, de assistência, e não de educação.

Segundo o autor o fato dessas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma classe social pobre, já representava uma concepção educacional, uma educação assistencialista, marcada pela arrogância, que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos selecionados. Uma educação com baixa qualidade, bem diferente daquela ligada aos ideais de cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade. Esta educação assistencialista tinha por finalidade isolar as crianças de meios passíveis de contaminá-las, o principal deles, a rua.

Cabia às creches — em sua quase totalidade criadas e mantidas por instituições filantrópicas — *guardar* a criança, e ao mesmo tempo aconselhar as mães sobre os cuidados que deveriam ter com os filhos, reforçando o lugar da mulher no lar, junto ao marido e à prole.

Assim, em sua fase inicial, as creches pretendiam evitar e prevenir a desorganização familiar, procurando também fornecer às mães, os princípios morais, econômicos e higiênicos sobre maternagem, conhecidos na época.

Para Haddad (1993, p. 23),

A existência de creches só se justificava para atender a necessidade de mulheres viúvas ou abandonadas, que tinham de trabalhar por não terem outra alternativa ao atender filhos de mulheres julgadas incompetentes.

Desta forma, as creches estabeleciam com as mães apenas uma relação de favor, não cabendo a elas liberar a mulher de suas funções domésticas ou criar condições para que ela ingressasse no mundo do trabalho. Isso só veio a ocorrer bem mais tarde.

A educação assistencialista é vista nas seguintes características: 1) retirar a criança da rua, 2) a baixa qualidade do atendimento estava relacionado aos objetivos das creches, que eram promover a subsistência da criança, melhorar as suas condições de saúde, inspirar-lhe os hábitos do trabalho, educá-la, instruí-la, sem esquecer de suas condições de pobreza, tentando assim aproximá-la tanto quanto possível da família, ou seja, sem perder de vista o meio em que terão de viver.

Outro fator a evidenciar o seu caráter não-educacional é que nos primórdios a creche possuía cuidados excessivos de higiene e alimentação. O objetivo da creche era nutrir as crianças e promover a saúde das mesmas, já que aquela instituição se destinava basicamente às camadas muito pobres da população.

Kuklmann Jr., (2001) em seu estudo sobre a história das instituições de educação infantil, analisa a história das instituições pré-escolares – creches, escolas maternas e jardins-de-infância – em nosso país, ressaltando a assistência à infância que, segundo o autor, congrega e articula interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos em torno de três influências básicas: a jurídico-policial, a médico-higienista e a religiosa.

O autor, depois de um estudo minucioso sobre as instituições que atendem crianças, mostra que as creches, através de uma “educação assistencialista”, não possuíam uma proposta educativa para as crianças das classes sociais mais pobres da sociedade em situação de convívio coletivo, havia, sim, a proposta de

uma pedagogia da submissão, objetivando disciplinar e apaziguar as relações sociais. Porém, as propostas para as instituições destinadas às crianças pobres evidenciam vários elementos que constituem o seu caráter educacional.

Para o autor, o resgate histórico destas instituições suscita reflexões para aqueles que trabalham com a infância e a sua educação nos dias de hoje, contribuindo para a sua formação e aprimoramento profissional, através de uma profunda reflexão ancorada tanto na prática quanto nos resultados das pesquisas e na produção teórica.

Com as mudanças na política nacional, principalmente a partir da Constituição de 1988, LDB (1996) e o ECA (1990), são dadas novas funções às creches, deixando este caráter assistencial para ter uma proposta educacional voltada às crianças de 0 a 3 anos, visando a atender as necessidades da criança. O MEC (1993) elaborou um documento oficial sobre a educação da criança pequena¹, referência às dimensões de cuidado e educação, quando se define o atendimento oferecido por creches e pré-escolas, como primeira etapa da educação para a cidadania.

O fato das creches passarem a fazer parte do sistema educacional, de acordo com a Constituição (1988) e a LDB (1996), ela deixa de ser apresentada como alternativa para pobres, para ser posta como complementar à ação da família, tornando-se uma instituição mais abrangente e afastando-se daquele caráter exclusivamente assistencialista arcaico. Assim, a creche torna-se uma instituição educacional, no sentido lato.

Na opinião de Kuhlmann Jr. (2001) elas sempre fizeram parte do sistema educacional e continuarão fazendo, aonde quer que estejam. A passagem para o sistema educacional não representa de modo algum a superação dos preconceitos sociais envolvidos na educação da criança pequena. A passagem para o sistema educacional também provoca alteração na história da educação infantil, sendo usados com maior freqüência os termos *cuidar e educar*, e a inclusão desta instituição no sistema educacional *sem escolarizar*.

¹ O termo criança pequena é usado por vários autores de educação infantil, para diferenciar das crianças da pré-escola.

Para os assistentes sociais, os pedagogos, os psicólogos, e para os demais profissionais que trabalham nas creches, a definição destes termos é de fundamental importância, pois estão ligados às funções e objetivos destas instituições.

Para a Montenegro (2001), deve-se proceder à integração entre educar e cuidar, essas dimensões devem ser intencionalmente pensadas de modo integrado, pois a criança necessita de cuidados, como proteção e aconchego, também é verdade que vivenciará experiências mais enriquecedoras se estiver sendo estimulada por profissionais formados para desenvolver atividades educativas programadas.

Outro aspecto citado por Montenegro (2001, p. 31) refere-se aos cuidados no sentido das relações interpessoais, “além destas funções de cuidados, temos também as relações interpessoais”. Ressalta que a educação infantil, dentre as profissões que cuidam, potencializa o fator emocional, já que envolve relações interpessoais entre profissionais e crianças bem pequenas, tornando ainda mais paradoxal a relação entre o cuidar e o educar.

A obra intitulada *As relações mãe-creche-criança – vínculos afetivos* (1998) mostra que os funcionários, especialmente aqueles que lidam diretamente com a criança bem pequena, deveriam ser preparados para oferecer um relacionamento capaz de contribuir para o desenvolvimento emocional.

Para Rosemberg (1999), o termo *cuidado*, ao substituir a palavra *guarda* na educação infantil, passa a designar uma função educadora e um objetivo da creche, assumindo pelo menos três sentidos amplos diferentes: (a) proteção física da criança, (b) serviço complementar à família, (c) atenção à individualidade. A autora mostra que o termo *cuidado* foi utilizado para substituir o termo *guarda* na educação infantil.

Em seus estudos Montenegro (2001) mostra que o *cuidado* está relacionado à higiene e proteção do corpo da criança, nas palavras de Rosemberg (1999) refere-se ao item (a) proteção física da criança. No item (b) serviço complementar à família, a autora mostra a noção de cuidados como preocupação social mais geral, complementar aos cuidados familiares.

Outro significado refere-se à individualidade da criança, ou seja, atenção as suas necessidades emocionais, respeito a seu ritmo de desenvolvimento e aprendizagem, e as suas diferenças.

Podemos concluir que o termo *cuidado* é usado em dois sentidos: 1) *cuidar*: tomar conta, encarregar-se, e 2) *cuidar*: observar, pensar, refletir, planejar, ao se referir à educação de criança pequena.

Para Montenegro (2001, p. 37) o cuidar da criança significa:

- Atender às suas necessidades de proteção, segurança, bem-estar, saúde;
- Estar atento aos seus afetos, emoções e sentimentos, às relações com os outros, com as coisas, com o ambiente.
- Planejar um espaço que estimule sua inteligência, imaginação, que permita descobertas e aguçar sua curiosidade.

A autora mostra como a instituição de educação infantil deve entender o *cuidar* na duplicidade da palavra, ou seja, no sentido de limpar, trocar, dar comida, acalmar, atendendo as necessidades afetivas, bem como o *cuidar* da cognição, através da transmissão de conhecimentos sistematizados. Mostra ainda, que o *cuidar* e *educar* devem ser vistos de modo integrado, pois a criança necessita de *cuidados*, proteção e aconchego, mas também de ser estimulada por profissionais formados para desenvolver atividades educativas programadas.

É interessante notar que a função e os objetivos da creche mudaram a partir do ECA, antes a função era de *guarda*, com valores assistencialistas, como vimos nas palavras de Kuhlmann (2001), de uma pedagogia preconceituosa, que intencionalmente excluía as crianças pobres que freqüentavam as creches de um trabalho de qualidade.

Hoje há uma rejeição pelo termo *guarda*, passando-se a usar o termo *cuidar*, levando a creche, através da formação de seus profissionais, os conteúdos pedagógicos que possam auxiliar o processo de desenvolvimento motor e cognitivo das crianças pequenas, motivando a sua participação em diferentes atividades, e respeitando os seus diferentes ritmos e características pessoais.

Autores como Rosemberg (1999), Campos (1999) mostram que com exceção do desenvolvimento motor e cognitivo, as outras áreas de atenção da creche são consideradas dos *cuidados*, sendo cuidados físicos, afetivos e de socialização.

Outra questão refere-se às creches no sistema educacional sem impor um modelo escolarizável para estas instituições. Esta nova concepção não pretende transformar a creche em pré-escola, uma vez que as atividades pedagógicas desenvolvidas serão de acordo com sua faixa etária, de zero a 3 anos, respeitando as diferenças e os ritmos de desenvolvimento.

Outra diferença é que os autores de educação infantil ao se referirem à creche, usam o termo *cuidado*, e ao se referirem à pré-escola (faixa etária de 4 a 6 anos) usam *atendimento educacional anterior à escolaridade elementar obrigatória*. Os fatores que diferenciam a creche da pré-escola são: faixa etária, o tipo de serviço oferecido e a formação de seus profissionais.

No Referencial de autoria do MEC (1998), que trata da educação infantil, é apontada, como uma das características da nova concepção de educação infantil, a integração de cuidar e educar, complementando a ação da família e da comunidade. Assim, a função e os objetivos da creche a partir do ECA, é cuidar e educar, de uma forma integrada, sem escolarizar a criança pequena.

Deste modo, o reconhecimento das creches, como parte do sistema educacional na Constituição Federal (1988) e na LDB (1996), pode ser caracterizado como a superação de um obstáculo necessário. Se a creche passa a fazer parte do sistema educacional do país, ela deixa de ser apresentada como alternativa para pobres, para ser posta como em equipamento complementar à ação da família, tornando-se uma instituição que corresponda a uma nova concepção de educação e não um simples paliativo. Mas não é por isso que as instituições se tornam educacionais, elas sempre o foram e continuarão sendo, onde quer que estejam. A passagem para o sistema educacional não representa, de modo algum, a superação dos preconceitos sociais envolvidos na educação da criança pequena.

A partir do ECA, a educação nas creches deve oferecer condições para que o crescimento e o desenvolvimento se dêem de modo plenamente satisfatório,

evitando situações desfavoráveis. Estudos demonstram que a faixa etária de zero a três anos é de fundamental importância na formação da personalidade do indivíduo.

Se antes prevalecia o caráter humanitário, cristão e a relação doméstica no trato com as crianças (ainda o é na maioria das instituições), hoje se busca uma relação profissional neste trabalho. Busca-se a profissionalização dos trabalhadores e a especialização na área da educação.

Segundo Silva (2001), a creche revela-se como um lugar onde as relações de trabalho supõem, em alguma medida, autonomia para o exercício de um papel de autoridade junto as criança e também junto as suas famílias. Essa relação de autoridade faz-se presente, na medida em que os educadores constituem-se em porta-vozes das normas e regulamentos da instituição, bem como assumem um papel específico no processo de desenvolvimento das crianças, cada vez mais baseado em conhecimentos que extrapolam as condições inicialmente consideradas satisfatórias para o trabalho em creches, como o amor, o jeito e a dedicação.

É verdade que o trabalho da creche não se dá numa linha de produção, como numa grande indústria. Este trabalho é desenvolvido com seres humanos muito pequenos e indefesos. Portanto, estabelecer vínculos afetivos com crianças não torna o trabalho assistencial e doméstico, simplesmente lhe dá um tom humano e humanizador, porém não apenas isso.

Partimos do pressuposto de que toda ação humana é investida de sentidos construídos em um processo dinâmico que considera os sujeitos em seus contextos, no interior dos quais experimentam situações e relações que possibilitam uma interpretação da realidade e de sua própria experiência.

Outro fator importante na educação infantil é a construção do projeto pedagógico coletivo, que de acordo com referencial do MEC deve abranger os seguintes objetivos: favorecer o desenvolvimento infantil nos aspectos físico, motor, emocional, social e intelectual; promover a ampliação das experiências e dos conhecimentos infantis, estimulando o interesse da criança pelo processo de transformação da natureza e pela dinâmica da vida social; e contribuir para que

sua interação e convivência sejam produtivas e marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

Nesse sentido, constata-se que o MEC definiu que as creches não devem ser consideradas como um serviço simplesmente assistencial, nem se limitarem a ser um estágio preparatório para a alfabetização, mas sim um espaço que desenvolva jogos, brincadeiras, linguagem, objetivando a estimulação e desenvolvimento infantil, sendo necessário, portanto, a elaboração de toda uma proposta pedagógica.

Segundo Mello (2001), para a elaboração de uma proposta pedagógica para as creches deve-se considerar o conjunto de fatores que a integram: o número de funcionários; o processo de seleção e treinamento deles; as funções que exercerão; as condições de trabalho oferecidas. E também deve-se considerar as concepções dos funcionários e das famílias sobre a instituição, as condições do espaço físico, a razão adulto-criança, os recursos financeiros, os critérios de seleção das crianças.

A nova concepção de educação infantil, contidas na Constituição Federal, no ECA e nas legislações complementares, bem como na visão de Kuhlmann (2001), Montenegro (2001), Rosembeg (1999) e outros autores citados, mostram que o cuidar e educar a criança pequena refere-se a um conjunto de fatores que devem estar integrados: necessidades da criança, da família, da creche.

No tocante a criança, Oliveira (2002) mostra que a proposta pedagógica deve considerar a importância dos aspectos socioemocionais na aprendizagem e a criação de um ambiente interacional rico de situações que provoquem a atividade infantil, a descoberta, o envolvimento em brincadeiras explorações com companheiros. Deve priorizar o desenvolvimento da imaginação, do raciocínio e da linguagem como instrumentos básicos para a criança se apropriar de conhecimentos elaborados em seu meio social, buscando explicações sobre o que ocorre à sua volta e consigo mesma.

A relação creche/família no projeto pedagógico prioriza a participação das famílias na educação infantil, criando um canal de ligação entre a creche e a

família, para que juntas possam efetivar o desenvolvimento, e o bem-estar físico, social, emocional, intelectual e cognitivo da criança. A instituição infantil não substitui a família, e sim compartilha. A creche hoje é um espaço de convivência infantil que cuida e educa (sem escolarizar) enquanto os responsáveis trabalham.

A creche deve ter um projeto pedagógico, e sabemos que para desenvolvê-lo se torna necessário contar com profissionais com qualificação para o cuidado e a educação de crianças em instituições.

O psicólogo, o pedagogo e o assistente social, são profissionais que possuem qualificação para o cuidado e a educação de crianças em creche. O Serviço Social é uma profissão que atua na realidade social através do atendimento de inúmeras demandas, elaboração de pesquisa e construção de propostas que visam o atendimento às necessidades sociais da população, nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação, etc., como um direito do cidadão e não como um favor ou simples ajuda.

Para Soares (1003) o Assistente Social tem procurado realizar um trabalho como educador, pautado na integração entre cuidado e aprendizagem. Não vê a creche apenas como um espaço de cuidados físicos e recreação, mas um lugar onde se aprende. Neste sentido, o Assistente Social e demais profissionais são considerados educadores e fazem parte da construção de um projeto coletivo.

Um projeto coletivo deve estar ligado às necessidades da prática, construído coletivamente, através de um processo participativo de decisões, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias. Com a participação dos membros da diretoria da creche, profissionais, funcionários (pagens, atendentes de enfermagem, cozinheira, faxineira) e a família.

A presença da família na construção do projeto pedagógico coletivo da creche permitirá aos pais aprenderem a exercer seu direito de participar do atendimento dado aos filhos, ao mesmo tempo em que aprendem a compreender o ponto de vista dos profissionais da educação infantil. Então, havendo maior sintonia nas relações entre creche e família, melhor será para a população atendida.

O projeto pedagógico coletivo não está desvinculado também da dimensão política, é por isso que é necessário que o conhecimento da realidade de trabalho da creche seja numa visão de totalidade, envolvendo os direitos da criança e da família. É importante que o profissional de educação infantil tenha uma visão contextualizadora da criança, a qualidade de vida da criança está atrelada a qualidade de vida da família. Haddad (1998) enfatiza “as políticas públicas de atendimento à infância não podem ser analisadas isoladamente de outras políticas que afetam direta ou indiretamente à família e que têm por objetivo possibilitar aos indivíduos serem e sentirem-se bons e satisfeitos enquanto pais, trabalhadores, cidadãos e, enfim, seres humanos dignos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ECA e legislações complementares foram um avanço na legislação infanto-juvenil, garantindo o direito à criança, de proteção e cuidados da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, garantindo ainda, oportunidades e facilidades necessárias ao seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, cultural e social em condições de liberdade e dignidade.

O texto faz algumas considerações sobre a creche, mostrando que esse espaço surgiu moldado nas idéias da filantropia, sem recursos, sem profissionais capacitados, portanto tinha uma função assistencialista de “guarda” e não de direito da criança. No ECA o termo *guarda* passa a ser substituído por proteção, *cuidado*, que apenas recentemente passou a ser empregado com maior frequência. Evidencia a importância do *cuidar* e o *educar*, mostrando que essas dimensões devem ser intencionalmente pensadas de modo integrado, pois a criança necessita de cuidados, como proteção e aconchego, porém, necessita também vivenciar experiências mais enriquecedoras e ser estimulada por profissionais formados para desenvolver atividades educativas programadas.

Outro fator importante na educação infantil é a construção do projeto pedagógico que deve ser construído coletivamente, através de um processo

participativo de decisões, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias.

O projeto pedagógico deve contemplar as dimensões: ensino-aprendizagem, relação creche-família e política. Na dimensão desenvolvimento-aprendizagem destaca-se a importância da integração do cuidar e educar, visando o desenvolvimento integral da criança. Na relação creche-família é fundamental a participação da família no projeto, pois a colaboração entre família e profissionais pode apontar caminhos que auxiliem a criança a encontrar sucesso dentro e fora da instituição infantil. Em relação à parte política o texto enfoca a importância do conhecimento dos direitos da criança e da família, para que estes sejam tratados como cidadãos, seres humanos com dignidade.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria M. Malta. Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo – 1985. In: ROSEMBERG, F. (org.) **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989.

CAMPOS, Maria Malta. A legislação, as políticas nacionais de educação infantil e a realidade: desencontros e desafios. In: MACHADO, M. L. de (Org.) **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez

ESTATUTO da criança e do adolescente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5.ed., São Paulo: Cortez, 2001.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio Janeiro: Achiamé, 1982, p. 63. LEI DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Lei n. 9.394, de 20/12/1996. Secretaria do Estado da Educação. Abrelivros-Associação Brasileira dos Editores de Livres, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 210p.

MONTENEGRO, Thereza. **O cuidado e a formação moral na educação infantil**. São Paulo: EDUC, 2001.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília-DF: MEC/SEF, v. 1, 2, 3. 1988.

ROSEMBERG, F. Educação Infantil, classe, raça e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.96, p.58-65, fev. 1996.

ROSEMBERG, F. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.107 p.7-40, jul. 1996.

ROSEMBERG, F. **Reflexões sobre o desenvolvimento da criança**. Ribeirão Preto, s/d (mimeograf.).

ROSEMBERG, F. (org.) **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989.

ROSEMBERG, F. **Educar e cuidar como função da educação infantil no Brasil: perspectiva histórica**. São Paulo: FCC/PUC, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil. In: MACHADO, M. L. de (Org.) **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, M. Ozanira da Silva e (Coord.) **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Nanci. **As relações mãe-creche-criança: vínculos afetivos**. Franca: NESP-FHDSS, 1998.